



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

OFÍCIO 011/2023/FEPAL

Palestina livre a partir do Brasil, 23 de abril de 2023, 75º ano da Nakba.

Exmo. Sr. **Antonio José de Almeida Meirelles**

Reitor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Rua da Reitoria, 121, Cidade Universitária Zeferino Geraldo

Campinas-SP

Senhor Reitor

ASSUNTO: a UNICAMP e o apartheid de Israel na Palestina em seu campus por meio da Feira das Universidade Israelenses

Antes de tudo, cumprimentamo-lo e, em seu nome, a todo corpo funcional desta respeitada instituição de ensino superior, bem como seus discentes, razão de orgulho para nós brasileiros.

A presente missiva é motivada pela notícia de que esta UNICAMP se associará, ainda que sem saber-lo, à promoção, no Brasil, do mundialmente denunciado **regime de apartheid de Israel**, oficialmente imposto ao povo palestino desde 15 de maio de 1948, quando este projeto colonial e racista se autoproclamou estado na Palestina e deu início à construção de um estado-nação baseado na **limpeza étnica** e no **supremacismo racial**, que dá por superiores e portadores de direitos plenos, especialmente os nacionais, estrangeiros tornados “eticamente” homogêneos por vínculos religiosos, em oposição à população originária, despojada de sua terra, de suas casas e negócios, de seus direitos, de sua pátria e tornada a maior população refugiada da atualidade (28% da população refugiada do mundo é palestina, mesmo sua população global representando apenas 0,18% da população mundial).



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

A perigosa – e que, esperamos, não prossiga – adesão da UNICAMP ao apartheid na Palestina se dá com a realização, no dia 3 de abril deste ano de 2023, em espaço público desta instituição (COMVEST - UNICAMP), da “Feira das Universidades Israelenses”.

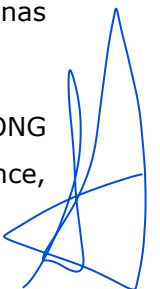
Magnífico reitor, acreditamos que não lhe escapem, assim como à comunidade acadêmica desta UNICAMP, as já incontornáveis provas de que Israel promove, na Palestina, assim como em Israel mesma, um cruel sistema de usurpação e perseguição ao povo palestino. Os **relatores especiais da ONU para a Palestina Michal Lynk, Richard Falk e John Dugard** relataram, com detalhes, o assombroso sistema de apartheid que Israel impõe ao povo palestino, em diferentes dimensões e espaços, não limitados a pequenas porções geográficas, mas em vigor em todo o espaço habitado por palestinos.

A **Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental**, uma das principais agências da ONU, chegou à mesma conclusão. Conforme as palavras de Rima Khalaf, então subsecretária-geral da Organização das Nações Unidas e secretária-executiva da comissão para a Ásia ocidental, *“claramente e francamente conclui que Israel é um Estado racista que estabeleceu um sistema de apartheid que persegue a população palestina”*.

Após longa espera, finalmente as principais organizações internacionais não governamentais de direitos humanos emitiram contundentes relatórios declarando Israel um regime de apartheid, às quais se somam organizações israelenses que, corajosamente, chegam a afirmar que o supremacismo israelense se realiza sobre o povo palestino *“do rio (Jordão) ao mar (Mediterrâneo)”*, para afirmar que o sistema de segregação racial não se limita à Cisjordânia e Gaza ocupadas, mas incide, também, no território estatal israelense sobre a população palestina não-judaica.

A **Human Rights Watch** foi a primeira a emitir relatório afirmando que Israel é um regime de apartheid. Segundo seu extenso e detalhado relatório, as autoridades israelenses estão cometendo os crimes contra a humanidade de apartheid e de perseguição contra o povo palestino. O relatório, violentamente atacado por Israel, diz que os elementos definidores do crime de apartheid - **intenção de manter a dominação de um grupo racial sobre outro, opressão sistemática do grupo dominante sobre outro e a prática de atos desumanos** – estão presentes nas práticas israelenses contra o povo palestino.

Já em fevereiro de 2022 foi a vez da **Anistia Internacional**, a mais prestigiada ONG internacional de direitos humanos, cujo relatório supera os demais em profundidade e alcance, demonstrando que o apartheid israelense alcança também os refugiados palestinos.





FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

Conforme Agnès Callamard, secretária-geral da Anistia Internacional, *"a totalidade das leis do regime, políticas e práticas descritas neste relatório demonstram que Israel estabeleceu e manteve um regime institucionalizado de opressão e dominação da população palestina para o benefício de israelenses judeus – **um sistema de apartheid** – onde quer que tenha exercido controle sobre vidas palestinas desde 1948. O relatório concluiu que o Estado de Israel considera e trata palestinos como um **grupo racial não-judeu inferior**. A segregação é conduzida de uma forma sistemática e altamente institucionalizada através de leis, políticas e práticas, todas com a intenção de evitar que palestinos demandem e desfrutem de direitos iguais aos de israelenses judeus no território de Israel e dentro dos Territórios Palestinos Ocupados, e, portanto, têm a intenção de **oprimir e dominar o povo palestino**. Isso tem sido implementado por um regime legal que controle (**para negar**) **os direitos de refugiados palestinos residindo fora de Israel e dos Territórios Palestinos Ocupados de retornar às suas casas**".*

E qual a reação israelense? Como sempre, ofensiva, irracional, imoral e imprecisamente acusatória ao mundo de **"antissemitismo"**! Do que os dirigentes racistas da África do Sul, quando manchada pelo igualmente indecente regime de apartheid, poderiam acusar os que se opunham ao seu regime de segregação racial? Caso houvesse sobrevivido até nossos dias, quem sabe de "antissemitismo" ou chantagem parecida, buscando blindar-se e garantir-se ao direito de seguir promovendo o apartheid sobre a população não-branca.

Mas o que as **universidades israelenses** que tomam parte desta feira (Universidade Bar Ilan, Universidade de Haifa, Universidade de Tel Aviv, Universidade Hebraica de Jerusalém e Technion) têm que ver com o apartheid na Palestina?

Bem, elas têm tudo a ver com o apartheid e mais um pouco!

A Universidade de Tel Aviv, por exemplo, tem como afiliado o **Instituto de Estudos de Segurança Nacional** (INSS), formulador de soluções nas chamadas "questões de segurança nacional", que abrangem "assuntos militares e estratégicos, terrorismo e conflito de baixa intensidade, equilíbrio militar no Oriente Médio e guerra cibernética". Todo este arsenal de "estudos" é tornado armamento, munições e sistemas aplicados na ocupação israelense da Palestina e, pior ainda, **testado na população palestina** antes de se tornar artigo de exportação de Israel, financiando, assim, infinitamente seu sistema de apartheid.

Já o **Instituto de Tecnologia de Israel** (Technion), atualmente descrito como uma universidade pública (logo, do estado promotor do regime de apartheid), está na Palestina desde



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

1912, conforme informa, isto é, desde o limiar do projeto colonial de tomada da Palestina. Como instituição dedicada à "ciência" e à "engenharia", aporta conhecimento e tecnologia para o estado de Israel e suas forças armadas nestes campos, intimamente ligados ao processo de ocupação da Palestina e construção de assentamentos ilegais, nos quais implantam colonos em terras confiscadas aos palestinos.

E quando falamos em assentamentos ilegais e despovoamento da Palestina, para que em seus lugares sejam implantados israelenses, nada como falar da **Universidade Bar-Ilan**, que fundou um campus em Ariel, uma dessas colônias implantadas no coração da chamada Cisjordânia.

Não é diferente o papel da **Universidade Hebraica**, tranquilamente associável ao terrível processo de limpeza étnica na Palestina. Contra as resoluções da ONU que declaram a anexação de Jerusalém ilegal, esta instituição universitária levou à despossessão e desterro de centenas de famílias palestinas para expandir-se para a parte oriental desta cidade palestina. Isso se deu em 1968, logo após a anexação desta parte da cidade, em 1967. E em 2004, nova expansão ilegal levou a mais expulsões de famílias palestinas, anexações de suas propriedades e destruição de suas edificações.

E é fartamente documentado, ademais, que professores e pesquisadores israelenses, destas e de outras instituições de ensino, universitárias ou não, colaboram com as forças armadas de Israel e com seus serviços de inteligência, inclusive para o desenvolvido de interrogatórios denunciados como **formas de tortura e de desumanização dos palestinos encarcerados no sistema prisional israelense**, pelo qual centenas de milhares de palestinos e palestinianas já passaram pelo simples fato de resistirem à ocupação.

Israel e seu regime não se limitam ao que hoje é de conhecimento até do mundo mineral. Levantamento histórico epidérmico permite afirmar, sem margem para erros, que Israel é o único estado/regime que, desde o pós-guerra, não cumpriu uma só resolução da ONU, sequer a 181, da qual diz ter derivado sua existência, nem acatou uma só regra internacional aplicável às situações de guerra, à ocupação colonial e do direito internacional humanitário em sentido amplo.

Os crimes coloniais de Israel na Palestina e seu regime de apartheid afrontam a **Carta das Nações Unidas** (artigos 1 a 4 especialmente), a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (ao artigo 2º flagrantemente), a **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio** (Resolução 260 da ONU), a **Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais** (Resolução 1514 da ONU), a **Resolução 1761** (de "sanções



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

recomendadas contra a África do Sul em resposta à política governamental de apartheid”, exatamente o crime de Israel na Palestina), a **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial** (Resolução 2106 da ONU), a **Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid** (Resolução 3068 da ONU), a Resolução **194** da ONU (retorno dos refugiados), a Resolução **273/III** da ONU (de admissão de Israel como membro da ONU, sob as cláusulas condicionantes de acatar a Resolução 194, para retorno de todos os refugiados palestinos, bem como a 181, implicando em restituição territorial, desrespeitadas até hoje), bem como, conforme já frisado, a totalidade das demais resolução da ONU, tanto de sua Assembleia Geral quanto de seu Conselho de Segurança, destacando-se as **303** e **242**, contra a ocupação e anexação de Jerusalém e contra a conquista pela força dos territórios palestinos ocupados em 1967, respectivamente.

Israel, a toda prova, é um estado fora da lei, que sequer deveria seguir figurando entre os membros das Nações Unidas ou de qualquer outro organismo internacional, seja do próprio sistema ONU, seja de outras organizações regionais ou globais, visto que nada que delas emane e que diga respeito ao direito internacional, ao humanitário em especial, e mais especialmente quando aplicável ao caso palestino, é respeitado por este regime.

Então questionamos: como pode uma instituição da importância e do respeito de que goza a UNICAMP, inclusive no campo dos direitos humanos, aceitar abrigar em seu campus este grande laboratório da excepcionalidade entre as nações, este experimento do que há de pior nos crimes de lesa-humanidade, dentre eles o abjeto apartheid? Seria falta de informação? Cremos que não. Algo mais? Não sabemos. Mas sabemos que **a UNICAMP e o apartheid não combinam!** A justa reputação da UNICAMP não pode ser manchada por associação aos crimes de lesa-humanidade de Israel na Palestina.

De outro lado, já sabemos como reagirão a esta manifestação Israel e seus defensores: “antissemitismo”, sem sequer atentar para o fato de que os palestinos são semitas em sua totalidade, enquanto que os israelenses apenas em parte, vale dizer, somente os palestinos de fé judaica absorvidos no projeto sionista de tomada e colonização da Palestina, bem como os árabes professantes do judaísmo, feitos intensamente emigrar para Israel após 15 de maio de 1948.

Foi disso que acusaram os relatores especiais da ONU, é disto que acusaram as ONGs de direitos humanos que relataram o apartheid israelense, é disto que vêm sendo acusados jornalistas, intelectuais, escritores, acadêmicos, líderes sociais e políticos em todo o mundo que resolveram romper o silêncio e acusar Israel do que este regime de fato é: **um sistema cruel de apartheid!**



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

Mas não nos interessa o que um criminoso dirá de si ou dos que o desvendam. O que esta Federação Árabe Palestina do Brasil e todos que denunciam o apartheid israelense na Palestina querem saber é o que a UNICAMP, uma das mais importantes universidades brasileiras, mundialmente reconhecida, tem a dizer sobre seu campus estar prestes a se tornar uma **extensão do apartheid israelense**.

Entre sofrer inculca, inverídica, anti-histórica e vulgar acusação de "antissemitismo" e ficar para a história como uma **universidade que um dia apoiou o regime de apartheid de Israel**, entendemos ser preferível a calúnia israelense, vergonhosa chantagem que visa ofender a dignidade humana e tudo que acumulado pela humanidade em termos de direitos humanos e civilidade.

Por tudo isso, e por tudo o mais que não caberia nem em mais 100 manifestações como esta, rogamos que a UNICAMP cancele a "Feira das Universidades Israelenses" e declare-se, como incontáveis outras instituições universitárias mundo afora, **TERRITÓRIO LIVRE DE APARTHEID**.

Cordialmente,

DALID RABAH
Presidente